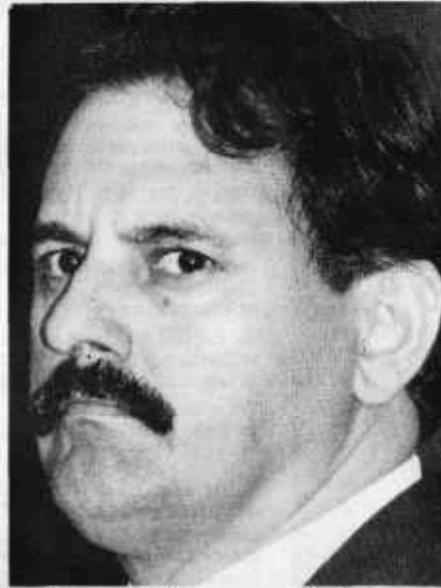


Ex-líderes estudam formas de fugir à planície

Com o fim da Constituinte, desaparecem os cargos e até os blocos do "eu-sozinho"

ARQUIVO



Artur da Távola e Nelson Jobim: com o fim da Constituinte, perda da liderança

Jobim quer assegurar acordo no Regimento

MARBA FURTADO
Da Editoria de Política

O líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim (RS), voltará a pedir ao presidente do partido, Ulysses Guimarães, a formação imediata de uma comissão interpartidária para elaborar o novo Regimento Interno da Casa. Ele teme que, se o grupo não for constituído logo, cada partido resolva elaborar seu anteprojeto de Regimento e passe a disputar a prevalência de suas propostas. Como coordenador da equipe de sua bancada, responsável pela elaboração de um projeto, Jobim assegurou que os peemedebistas não estão interessados em apresentar um texto, mas sim formular parâmetros para embasar a criação das novas normas regimentais.

O PMDB, segundo Jobim, defende a criação de um Regimento Interno que

seja "servidor do processo legislativo", e não o contrário. Para ele, este novo Regimento deve prever mecanismos que possibilitem soluções e não impeçam ou paralise o trabalho legislativo. "O Parlamento será cada vez mais exigido, tendo em vista as disposições constitucionais. Terá que ser ágil e atuante e, para isto, precisa de um Regimento que não interfira nesta busca de agilidade", explica.

Esta solução de Regimento deve ser o resultado de um trabalho conjunto de toda a Casa, na interpretação de Jobim. Nada adiantará, para ele, a confrontação de vários anteprojetos, se não forem discutidas questões básicas deste processo. Uma simples adaptação das normas regimentais também não será suficiente, pois o Parlamento deve se adequar à retomada de suas prerrogativas, repensar a figura da lide-

rança partidária, o poder decisório da Mesa diretora e, principalmente, levar em conta o poder terminativo das comissões permanentes.

Agilidade é a palavra de ordem destes parâmetros previstos pela liderança do PMDB. Como pano de fundo, Jobim acha que deve ser considerada a experiência da própria Constituinte, que através de mecanismos regimentais conseguiu desenvolver seu trabalho sem impedimentos, utilizando-se de soluções alternativas permitidas pelo Regimento. A fusão de emendas e o encaminhamento de matérias em plena sessão de votação são exemplos desta agilização do processo. Não serão estes, necessariamente, os mecanismos que devem ser adotados pela Câmara dos Deputados, mas Jobim acredita que o instrumento de trabalho da Casa poderá se inspirar nestas soluções.

REJANE DE OLIVEIRA
Da Editoria de Política

Quando o deputado Nelson Jobim subiu à tribuna para encaminhar a votação final do projeto de Constituição, estava encerrando, na prática, o seu mandato como líder do PMDB na Constituinte. Formalmente, o parlamentar gaúcho ainda permanece no cargo até o dia 5 de outubro, data de promulgação da nova Carta. Depois disso, mesmo com a experiência de haver conduzido a maior e mais heterogênea bancada partidária do País e de ter imprimido a sua marca pessoal a vários dos dispositivos finalmente aprovados, perde a liderança e suas prerrogativas.

Entre os dezoito líderes que atuaram na Constituinte, apenas o peemedebista Jobim e o peemedebista Arthur da Távola (RJ) ficam sem cargo após a promulgação. Todos os demais já são líderes dos respectivos partidos ou na Câmara (a grande maioria) ou no Senado. Seis deles não têm bancadas para comandar, são os chamados líderes de si mesmos.

Além dos representantes partidários, sobreviverão à Constituinte os líderes do Governo. Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) conduziu os interesses do Palácio do Planalto na Assembléia, mas a sua função oficial é a de líder governista na Câmara. Seu correspondente no Senado é o também peemedebista Saldanha Derzi (MT).

Com a reforma dos regimentos internos das duas Casas do Congresso, em decorrência da ampliação dos poderes do Legislativo, aparecerão ainda as lideranças dos blocos parlamentares instituídos pela nova Constituição. O Planalto pensa em articular a formação do seu bloco, calcado principalmente nos setores de centro e direita, tendo como contrapartida o agrupamento formal das legendas de esquerda. Como é de praxe na política brasileira, certamente pode surgir entre estes dois um

bloco independente. Só aí são mais três novos líderes.

ESTRELAS

O exercício das lideranças partidárias na Constituinte serviu tanto para projetar como para obscurecer parlamentares. O gaúcho Nelson Jobim pertence ao primeiro grupo. Está em sua primeira legislatura, mas a liderança peemedebista conseguiu guindá-lo à pequena constelação de estrelas da política nacional. Em compensação, o líder pedessista Amaral Neto (RJ) só conseguiu marcar a sua passagem na Constituinte pela obstinada defesa da pena de morte.

Pode-se argumentar que o PMDB, que tinha a maioria absoluta do plenário quando a Constituinte começou, projetaria naturalmente o seu líder. Acontece que tamanho nem sempre foi documento na Assembléia. Os deputados Gasthane Righi, líder do PTB (24 parlamentares), e Roberto Freire, do PCB (apenas 3 parlamentares), conseguiram projeção a despeito da dimensão de suas bancadas. Righi foi um dos principais responsáveis pela criação do Centrão, enquanto Freire, no outro extremo ideológico, fez todas as concessões necessárias para favorecer o entendimento. Pela combatividade, o pedetista Brandão Monteiro, à frente de uma bancada de 26 constituintes, também se destacou.

Alliado ao Centrão, o líder pedetista José Lourenço (BA) foi responsável por alguns dos momentos

mais tensos da Constituinte, chegando a obstruir as votações por longos períodos. Com o declínio do Centrão, contudo, chegou ao final dos trabalhos com sua liderança totalmente corroída. O melhor exemplo deste declínio foi a tentativa (frustrada) de impedir o início do 2º turno, quando a bancada rebelou-se em peso contra a sua orientação e permaneceu no plenário.

O fenômeno Centrão fez surgir também algumas lideranças informais na Constituinte. Entre elas, os deputados Ricardo Flóza, José Lins, Luiz Eduardo Magalhães e Roberto Jefferson, todos com assento nas reuniões de líderes destinados à negociação dos pontos polêmicos da nova Carta. Em diversas ocasiões, estas lideranças informais falaram mais alto e com maior autoridade que as legalmente constituídas.

E por falar em autoridade, alguns líderes destacaram-se ainda pela capacidade de comando sobre suas bancadas. O PT, PDT, PSDB e PCs foram os partidos mais disciplinados, enquanto o troféu da rebeldia pode ser dividido entre o PMDB e o PFL. Os dois ex-parceiros de Aliança Democrática, por sua heterogeneidade ideológica, jamais votaram coesos. Em ambos, xiitas e centristas digladiaram-se o tempo todo.

Mas disciplinadas mesmo foram as bancadas do PMB, PTR, PSD, PMN, PJ e PSC. E não era para menos. Afinal de contas, estes par-

tidos contam com apenas um parlamentar cada, os chamados líderes de si próprios. Nesses blocos do eu-sozinho, tornou-se folclórica a atuação do deputado Messias Soares (PTR), que a cada votação ia ao microfone orientar a sua "bancada" a votar. Os outros, mais discretos, limitavam-se a apertar os botões.

CARGOS

A própria natureza dos cargos que exerceram na Constituinte criou uma aura de liderança em torno de alguns parlamentares. O primeiro a ser citado, naturalmente, é o deputado Ulysses Guimarães, seguido do relator Bernardo Cabral, seus sub-relatores José Fogaça, Konder Reis e Adolfo Oliveira, os presidentes da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos e Jarbas Passarinho, além do senador Mário Covas, que mesmo não ocupando mais nenhuma liderança formal no final da Constituinte inspirou muitas das decisões do segundo turno. Pela dedicação, sobressaíram-se também parlamentares como o petista José Genóio (SP).

O senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA) foi o parlamentar mais assíduo da Constituinte (não faltou a nenhuma das 915 votações realizadas) e acompanhou atentamente o trabalho dos líderes. Na opinião dele, este trabalho foi fundamental para permitir a própria conclusão da nova Constituição: "Sem o esforço dos líderes na busca incansável do consenso, não haveria Constituição", acredita o parlamentar baiano.

Magalhães acha ainda que a experiência acumulada pelos líderes na Constituinte será muito importante durante a fase de regulamentação da nova Carta. Não é por outro motivo que o deputado Nelson Jobim, mesmo sem cargo no seu partido depois do próximo dia 5, já começou a trabalhar nas propostas de leis complementares e ordinárias exigidas pela futura Constituição.

QUEM FOI LÍDER NA CONSTITUINTE

PMDB — Nelson Jobim
PFL — José Lourenço
PSDB — Arthur da Távola
PDS — Amaral Neto
PTB — Gasthane Righi
PDT — Brandão Monteiro
PT — Luiz Inácio Lula da Silva
PDC — Mauro Borges
PL — Adolfo Oliveira

PSB — Ademir Andrade
PC do B — Haroldo Lima
PCB — Roberto Freire
PMB — Ney Maranhão
PTR — Messias Soares
PSD — César Cais Neto
PMN — Paulo Ramos
PJ — Arnaldo Faria de Sá
PSC — Silvio Abreu

Só trinta não assinaram Carta

Termina hoje às 16 horas a coleta de autógrafos no Salão Negro da Câmara. Os constituintes que chegarem depois desta hora terão uma última chance de assinar a Carta, na gráfica do Senado, onde será feito um plantão até as 18 horas.

O movimento no Salão Negro ontem foi maior que no sábado anterior. Até as 13 horas, cinco dos 35 retardatários já haviam comparecido para assinar a Constituição: Lézio Sathler (PMDB-ES), Rachel Cândido (PFL-RO), Itamar Franco (MG), Arnaldo Faria de Sá (PJ-SP) e Francisco Kurster (PSDB-SC). Kurster assinou as cinco

cópias da Carta com o olho no relógio: candidato à prefeitura de Lages (SC), ele interrompeu a campanha só para autografar a Constituição e não queria perder um minuto sequer. Na véspera, Kurster participou de um comício em Lages que terminou à meia-noite, dirigiu seu carro por 300 km até Florianópolis e às 5 da manhã já estava embarcando para Brasília.

— Fiquei aqui tempo integral na Constituinte e tenho que recuperar isso — comentava Kurster, preocupado em retornar imediatamente ao aeroporto.

Outro candidato ansioso para voltar o mais rápido

possível aos palanques era o deputado Arnaldo Farias de Sá, que disputa a prefeitura de São Paulo pelo PJ. Arnaldo foi o último membro da Mesa da Constituinte a assinar a Carta, e só voltará a Brasília para a sessão solene.

Ao contrário dos primeiros dias de coleta de assinaturas, quando um clima de festa tomou conta do Salão Negro, o plantão de ontem foi monótono e não atraiu ninguém, além dos funcionários e fotógrafos ao saguão. O toque de emoção foi dado pela deputada Rachel Cândido, que encheu os olhos de água após assinar o texto.